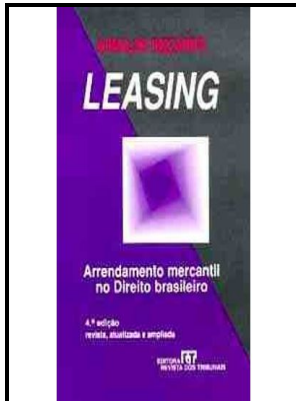


Leasing de aeronaves civis no direito brasileiro - aspectos jurídicos relevantes

Renovar - Obras Voltadas ao Direito Aeronáutico



Description: -

-

Industrial equipment leases -- Brazil.

Airplanes -- Brazil -- Equipment and supplies.

Aircraft leasing and renting -- Law and legislation -- Brazil. Leasing de aeronaves civis no direito brasileiro - aspectos jurídicos relevantes

- Leasing de aeronaves civis no direito brasileiro - aspectos jurídicos relevantes

Notes: Includes bibliographical references (p. 159-168).

This edition was published in 2007



Filesize: 67.54 MB

Tags: #Revista #da #SBDA #Direito #Aeronáutico #e #Direito #Espacial

Código Brasileiro de Aeronáutica

Se o interessado provar que não teve conhecimento do dano ou da identidade do responsável, o prazo começará a correr da data em que tiver conhecimento, mas não poderá ultrapassar de 3 três anos a partir do evento.

ICMS no arrendamento mercantil (leasing) e norma geral antielísiva

Nenhum aeródromo civil poderá ser utilizado sem estar devidamente cadastrado. § 1º Os serviços aéreos prestados por aeroclubes abrangem as atividades de: I — ensino e adestramento de pessoal de vôo; II — ensino e adestramento de pessoal da infra-estrutura aeronáutica; III — recreio e desportos. INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO VICIADO EM DROGAS 424.

Leasing de Aeronaves Civis no Direito Brasileiro

Poderá ser instalado órgão ou Comissão com o objetivo de: I - promover o planejamento integrado da infraestrutura aeronáutica e sua harmonização com as possibilidades econômico-financeiras do País; II - coordenar os diversos sistemas ou subsistemas; III - estudar e propor as medidas adequadas ao funcionamento harmônico dos diversos sistemas ou subsistemas; IV - coordenar os diversos registros e homologações exigidos por lei.

ICMS no arrendamento mercantil (leasing) e norma geral antielísiva

A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NA VIOLAÇÃO DO DEVER DE FIDELIDADE PELO CÔNJUGE NAS RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS. A ATUAL CONJUNTURA DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 83.

Código Brasileiro de Aeronáutica

O Comandante procederá ao assento, no Diário de Bordo, dos nascimentos e óbitos que ocorrerem durante a viagem, e dele extrairá cópia para os fins de direito. ARBITRAGEM: DA AMPLIAÇÃO DO SEU USO 518. Os serviços aéreos de transporte regular ficarão sujeitos às normas

que o Governo estabelecer para impedir a competição ruínosa e assegurar o seu melhor rendimento econômico podendo, para esse fim, a autoridade aeronáutica, a qualquer tempo, modificar frequências, rotas, horários e tarifas de serviços e outras quaisquer condições da concessão ou autorização.

Código Brasileiro de Aeronáutica

REFLEXOS DA CONDENAÇÃO PENAL NA ESFERA CÍVEL. Qualquer interessado em fabricar produto aeronáutico, de tipo já certificado, deverá requerer o certificado de homologação de empresa, na forma do respectivo Regulamento. Nos últimos cinco anos, o número de companhias aéreas regulares que utilizaram aeronaves alugadas aumentou em vinte por cento.

Obras Voltadas ao Direito Aeronáutico

A entrada no espaço aéreo brasileiro ou o pouso, no território subjacente, de aeronave militar ou civil a serviço de Estado estrangeiro sujeitar-se-á às condições estabelecidas artigo 14, § 1º. No Registro Aeronáutico Brasileiro serão feitas: I - a matrícula de aeronave, em livro próprio, por ocasião de primeiro registro no País, mediante os elementos constantes do título apresentado e da matrícula anterior, se houver; II - a inscrição: a de títulos, instrumentos ou documentos em que se institua, reconheça, transfira, modifique ou extinga o domínio ou os demais direitos reais sobre aeronave; b de documentos relativos a abandono, perda, extinção ou alteração essencial de aeronave; c de atos ou contratos de exploração ou utilização, assim como de arresto, sequestro, penhora e apreensão de aeronave. § 3º Os aeródromos civis poderão ser utilizados por aeronaves militares, e os aeródromos militares, por aeronaves civis, obedecidas as prescrições estabelecidas pela autoridade aeronáutica.

Obras Voltadas ao Direito Aeronáutico

O IPTU E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE 370. As providências administrativas previstas neste Código prescrevem em 2 dois anos, a partir da data da ocorrência do ato ou fato que as autorizar, e seus efeitos, ainda no caso de suspensão, não poderão exceder esse prazo.

Related Books

- [De manteles largos - un aporte al rescate de la antigua gran cocina mexicana en ocasión del vigésimo aniversario de la independencia de México](#)
- [Kashf al-asrār ‘an ḥikam al-tayyūr wa-al-azhār](#)
- [Desovas em trovas](#)
- [Samsārakram](#)
- [Andreï Krylov - \[al'bom](#)